

Jurídico do Sindsep convoca servidores da ex-Roquette Pinto



O Sindsep/MA por meio da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, está convocando servidores da Ex-Fundação Roquette Pinto à comparecerem à sede da entidade, para tratarem sobre o Processo de Imposto de Renda sobre o Abono de Perma-

nência.

A lista completa com o nome dos servidores está disponível na página do sindicato – sindsep.org.br.

Os documentos a serem entregues são os seguintes: Kit de documentos (procuração,

contrato e declaração de pobreza); RG e CPF; comprovante de residência; fichas financeiras de 1995 a 2024; Portaria/diário oficial da aposentadoria ou pensão; Carteira de trabalho

Os pensionistas precisam recolher checklist completo da documentação, além das fichas desde o início da pensão até 2024.

Prazo para entrega de documentos vai até o dia 05 de fevereiro de 2024.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: 2108 0001.

Condsef apresenta reivindicações estruturantes dos servidores federais ao governo

Na última sexta-feira, 26, a Condsef apresentou à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), as reivindicações estruturais dos servidores reunidas no Relatório do Grupo de Trabalho “Administração Pública e Diretrizes dos Planos de Carreira”.

A reunião ocorreu na Sede da Confederação com a presença do Secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr, sua adjunta, Regina Coeli Moreira Camargos, e o representante da Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da pasta, Eduardo Viana Almas. Pela Condsef/Fenadsef estavam presentes o Secretário-Geral Sérgio Ronaldo da Silva, Edison Cardoni (Jurídico), Mônica Carneiro (Imprensa), Jussara Griffó (Empresas Públicas), Edilson Muniz (Movimentos Sociais) e Dra. Camilla Cândido, da Assessoria Jurídica Nacional.

O eixo da pauta apresentada pela Condsef/Fenadsef é utilizar a administração pública, o funcionalismo, as empresas estatais, ao lado das políticas sociais, como alavanca para combater a enorme desigualdade social vigente no

Brasil: a pessoa mais rica possui, sozinha, uma fortuna equivalente a toda a renda da metade mais pobre da população (107 milhões de pessoas).

Para a Condsef, não há nem nunca haverá neutralidade da máquina pública. As iniciativas institucionais para a ação do Estado, as propostas de reformas progressivas estão, inevitavelmente, em relação direta com a conjuntura política e a luta entre as classes sociais, num pano de fundo em que o Brasil tem sua economia subordinada ao capital financeiro, ao imperialismo.

Os ataques virulentos contra a retomada de investimentos da Petrobrás na refinaria Abreu e Lima e à posição do Brasil de apoiar a denúncia da África do Sul contra o genocídio sionista em Gaza confirmam que o capital financeiro não tolera que o Brasil exerça sua soberania nacional. Nesse contexto, a valorização dos serviços públicos e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora são mais do que nunca imprescindíveis.

Esse é o sentido das reivindicações estruturais dos servidores federais, entre as quais se destacam a democrati-

zação do acesso ao serviço público; a valorização dos cargos de nível auxiliar e médio; a qualificação do sistema de cotas (raciais, gênero, sexualidade, etc.) a partir da inserção de cotas sociais que considerem o critério de renda como determinante na estrutura dos sistemas de seleção; a defesa da estabilidade no serviço público; o retorno da possibilidade de ascensão funcional; políticas que resolvam os numerosos casos de desvio de função, entre outras.

A Condsef também defende a ideia de racionalização e de simplificação do sistema de carreiras do Poder Executivo Federal, desde que ela tenha por princípio a correção das profundas distorções salariais existentes entre cargos de diferentes órgãos públicos, a permissão de mobilidade na base, o abandono do conceito de carreiras “típicas de Estado”, a implementação de um piso salarial no setor público equivalente ao salário-mínimo do Dieese e de uma relação razoável entre menor e maior salário, com o estabelecimento de um teto salarial absoluto no serviço público.

Fonte: Condsef



Inscrições para o curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente encerram-se nessa sexta-feira, 2.

Os interessados em cursar o mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), podem realizar a inscrição até a próxima sexta-feira, dia 2 de fevereiro. As inscrições devem ser feitas por meio do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas).

Serão disponibilizadas 13 vagas, sendo 06 vagas para candidatas (as) de ampla concorrência; 04 vagas para a Política de Ações Afirmativas e 03 vagas para qualificação de servidores técnicos administrativos efetivos ativos da UFMA.

Para participar da seleção, os candidatos devem ser graduados em cursos superiores aprovados pelo MEC em todas as áreas de conhecimento, com interesses afins

aos objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa ou ao conteúdo programático estabelecido pelo Programa, correspondentes nas áreas de ciências agrárias, biológicas, da saúde, exatas e da terra, humanas e sociais aplicadas.

O curso de mestrado do Prodema, na modalidade acadêmico, tem duração regulamentar de 24 meses e conta com 2 linhas de pesquisa:

Planejamento, Gestão e Desenvolvimento em Sistemas Costeiros: desenvolvimento de estudos interdisciplinares para o planejamento do desenvolvimento socioeconômico na zona costeira.

Recursos Naturais e Humanos em Sistemas Costeiros: Investigação interdisciplinar dos recursos bióticos e socioeconômicos nos sistemas costeiros.

Os projetos de pesquisa devem focar na região costeira maranhense, sendo apreciados e aprovados pelo Colegiado do Curso.

Os candidatos devem ficar atentos ao cronograma do processo seletivo, disponível no edital, e realizar suas inscrições conforme as orientações fornecidas.

O mestrado do PRODEMA busca estudos focados no ambiente costeiro, sua caracterização física, química, biológica, ecológica e humana e nos seus limites de sustentabilidade, buscando-se, no ensino, na pesquisa, extensão e inovação, o entendimento dos processos incorporados às atividades produtivas ao longo do tempo, que envolvam o uso, a gestão e a conservação desses ambientes.

Fonte: UFMA